

SAÚDE MENTAL DOS AGENTES PRISIONAIS NO BRASIL: uma revisão de literatura^I

THE MENTAL HEALTH OF THE AGENTE PRISION IN BRAZIL: a literature review

Ana Carolina Barbosa Ferreira ^{II}

Grazielle Lima Brandão ^{III}

Karynne Alves Cavalcante ^{IV}

Douglas Pereira de Souza ^V

Resumo: a vivência de situações perigosas dentro dos presídios brasileiros, remete ao agente prisional uma função de alto risco ligada diretamente à sua saúde psíquica. Sendo assim, esta revisão objetiva identificar os principais fatores que leva ao agente desenvolver algum transtorno mental comum em decorrência à sua realidade no trabalho. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura com levantamento de artigos e teses disponíveis nas bases de dados e bibliotecas na área da saúde em âmbito nacional como SCIELO, LILACS, BVS e Manuais de saúde publicados entre os anos de 2009 a 2019, com os seguintes descritores: saúde mental, agente prisional e transtorno mental comum. As pesquisas se intensificaram ao longo dos anos de 2013 a 2015. Aos resultados, foi possível observar nas publicações que a violência, a sobrecarga de trabalho, e as condições desfavoráveis do ambiente, são fatores relevantes para desenvolvimento de transtorno mental comum em agentes prisionais.

Palavras-Chave: Agente prisional. Saúde mental. Transtorno mental.

^I Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – FESAR. Ano 2019.

^{II} Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – FESAR. E-mail: carol-star10@hotmail.com.

^{III} Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – FESAR. E-mail: graazielle@live.com.

^{IV} Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – FESAR. E-mail: karynne.ac@hotmail.com.

^V Docente da Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – FESAR. E-mail: douglasdc7@hotmail.com.

Abstract: The experience of dangerous situations in Brazilian prisons sends the prison officer a high risk function directly linked to his mental health. Thus, this review aims to identify the main factors that lead the agent to develop some common mental disorder due to his reality at work. This is a narrative literature review with survey of articles and theses available in health databases and libraries nationwide such as SCIELO, LILACS, VHL and Manuals of the Ministry of Health published from 2009 to 2019, with the following descriptors: mental health, prison agent and common mental disorder. Eight publications related to the research theme were intensified over the years 2013-2015. From the research results, it was observed in the publications that anxiety, work overload, and unfavorable environmental conditions are relevant factors. for development of common mental disorder in prison officers.

Keyword: Prison agent. Mental health. Mental disorder.

Data de aprovação: 02.12.2019

Introdução

Saúde é um direito humano fundamental, reconhecido por todos os foros mundiais e em todas as sociedades. Tendo em vista que nossa Constituição Federal de 1988 em seu Art. 196 diz que “A saúde é direito de todos e dever do Estado...”, devendo ser universal e igualitária. O Ministério da Saúde (MS) define que a saúde do trabalhador constitui uma área da Saúde Pública que tem como objeto de estudo e intervenção nas relações entre o trabalho e saúde¹.

A precarização do trabalho pode provocar problemas de saúde na vida do trabalhador, considerando que esta seja um completo bem-estar físico, psíquico e social. Entre os problemas, um dos mais frequentes é o transtorno mental comum (TMC), que compõe um problema de Saúde Pública¹.

Conforme a Resolução 3027/04 – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP¹⁵, a atribuição desses profissionais é efetuar a segurança da unidade penal em que atuam, mantendo a disciplina. Vigiar, fiscalizar, inspecionar, revistar e acompanhar os presos ou internados, zelando pela ordem e segurança deles, bem como da penitenciária em que atuam, tal atividade expõe a riscos sua integridade física e emocional. Em âmbito profissional eles constituem uma classe que desempenham uma função de alto risco, expostos a diversas situações que podem leva-los a desenvolver um TMC².

A saúde mental do agente prisional tem provocado inquietação, pois o cárcere é um ambiente estressante tendo em vista que a prisão é uma sociedade dentro de uma sociedade⁸, ou seja, é uma organização social na qual estes profissionais aprendem a conviver com os hábitos, costumes, gírias, entre outras peculiaridades oriundas do ambiente.

As condições de trabalho como a violência, baixa remuneração e superlotação carcerária, são fatores que interferem na saúde mental desses agentes. Pela atuação direta com os apenados, esses trabalhadores passam constantemente por situações que implicam risco de morte, possíveis rebeliões, violências, sejam elas verbal ou físicas, que gera alguma manifestação de patologias psicológicas entre eles^{3,5}.

Reflexo dessa situação entreposta ao número reduzido de servidores, apresenta-se a sobrecarga, fator que leva a vários casos de abjunção do trabalho por decorrência de desgaste emocional ou de fatores relacionados¹³. Mediante dados da Previdência Social⁴, os TMC e distúrbios comportamentais no Brasil, apresentam a terceira causa de incapacidade ao trabalho com 668.927 casos, indicando cerca de 9% dos auxílios-doença e aposentadorias por invalidez entre os anos de 2012 a 2016.

Os profissionais agentes penitenciários, têm papel importante dentro de instituições prisionais pois lidam diretamente com a população carcerária⁶. Sendo assim, a natureza estressante e perigosa em que vivem dentro do ambiente prisional pode repercutir na saúde desses trabalhadores não só através de doenças físicas, mas também as psicológicas.

Diante dados divulgados em 2017 pelo Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro – INFOPEN²⁰, existem 726.354 pessoas privadas de liberdade no Brasil. Sendo aproximadamente 9 presos para cada agente no sistema prisional do país, o que inflige a Resolução nº 9, de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário (CNPCP), indicando que a proporção é de 1 agente para cada 5 detentos tendo a garantia da segurança física e patrimonial nas unidades prisionais²¹.

Com isso, a temática abordada neste projeto justifica-se pela necessidade de estudos na área, visto que o agente prisional realiza função de alto risco e de grande valia para a sociedade. Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar, mediante a revisão de literatura, artigos que mostram os principais fatores que acometem a saúde mental dos agentes prisionais levando-o a desenvolver um transtorno mental comum.

Material e Métodos

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, visando o levantamento bibliográfico das publicações que envolviam o tema em estudo no período de 2009 a 2019,

assim identificando lacunas de conhecimento para subsidiar a realização de novas

pesquisas. A revisão da literatura narrativa apresenta uma temática mais aberta, tradicional, não exigindo um protocolo rígido e sendo alicerçada no uso de métodos específicos que visa a

busca de fontes não é pré-determinada e específica em acervos de literatura⁷.

Foram levantados artigos e teses em base de dados e bibliotecas da área da saúde em âmbito nacional, como: *Scientific Electronic Library Online* (SciElo), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde* (LILACS), *Biblioteca Virtual de Saúde* (BVS) e *Manuais do MS*. Mediante uma busca avançada no decorrer dessa análise, utilizando-se dos termos descritores de pesquisa: saúde mental, agente prisional e transtorno mental comum, foi realizada uma leitura criteriosa das publicações e selecionadas em análogo ao tema.

Resultados e Discussões

Inicialmente foram encontradas 1342 publicações com os descritores selecionados na língua portuguesa. Dessas, foi realizada a leitura dos títulos e artigos pelo resumo, tarefa necessária, pois nem todas as publicações condiziam com o tema. Após essa etapa foram escolhidos 43 artigos, que abordava o texto na íntegra, sendo que apenas 10 apresentaram o corte temporal, atendendo ao critério de inclusão, e excluídos 33 artigos que não responderam à questão norteadora desse estudo. A justificativa do recorte temporal é dada pelo fato de que estudos de avaliação a respeito do tema no Brasil é pouco divulgado em artigos. A revisão de literatura realizada, envolveu estudos publicados entre os anos de 2010 a 2019, onde as pesquisas se intensificaram ao longo dos anos de 2013 a 2015. As produções se limitam ao Brasil, abordando sistemas Penitenciários de alguns estados incluindo Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Bahia.

Um ponto a ser levado em consideração é que este tema se intensifica em revistas e artigos de Psicologia por se tratar de um tema que engloba a qualidade de vida dos agentes prisionais e sua saúde mental. As publicações estão apresentadas no quadro a seguir quanto ao autor, ano de publicação, tipo de produção científica, objetivo e metodologia/local.

Quadro 1. Caracterização dos estudos, segundo autor e ano de publicação, tipo de produção científica, objetivo, metodologia acerca da Saúde Mental dos Agentes Prisionais no Brasil.

Autor/Ano	Tipo de Produção Científica	Objetivo	Metodologia/Local
BONEZ et al. (2013)	Artigo (Psicol. Argum.)	Descrever as variáveis que interferem na saúde mental dos agentes penitenciários.	Estudo descritivo com abordagem qualiquantitativa. / Unidade Prisional do oeste de Santa Catarina.
TSCHIEDEL e MONTEIRO (2013)	Artigo (Estudos de Psicologia)	Identificar os aspectos da organização do trabalho que produz prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciários.	Estudo qualitativo com delineamento descritivo. /Albergue feminino de Porto Alegre-RS.

BEZERRA et al. (2016)	Artigo (Ciência e Saúde Coletiva)	Realizar o levantamento da produção sobre sofrimento psíquico e estresse de agentes penitenciários.	Pesquisa bibliográfica em base de dados.
SANTOS et al. (2010)	Artigo (Rev. Bras. Med. Trab)	Avaliar a presença de TMC em agentes penitenciários.	Estudo quantitativo. / Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico André Teixeira Lima.
JASKOWIAK et al. (2015)	Artigo (Rev. Bras. Enferm)	Conhecer as condições de trabalho de agentes penitenciários e os reflexos da atividade em sua saúde	Estudo descritivo, qualitativo. / Presídio de médio porte do estado do Rio Grande do Sul.

ALBUQUERQUE et al (2018)	Artigo (Rev. Psic. e Saúde)	Analisar formas de precarização do trabalho e consequências que essa conjuntura provoca à saúde mental de agentes de segurança.	Estudo transversal e descritivo. / Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto (Copemcan) em São Cristóvão.
FERREIRA et al (2012)	Artigo (Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde)	Relacionar a prevalência da prática regular de exercícios físicos com a síndrome metabólica, com a ansiedade de traço e de estado, e com distúrbios psíquicos menores.	Estudo descritivo. / Três Unidade Prisionais de Belo Horizonte.
JESUS et al (2013)	Artigo (Rev. Aletheia)	Conhecer as experiências e desafio dos profissionais de saúde atuantes no sistema prisional.	Estudo descritivo e exploratório / Sistema Prisional do Rio Grande do Sul.
SOUSA et al (2013)	Artigo (Rev. Interdisciplinar)	Analisar produções científicas acerca da atenção à saúde no Sistema Penitenciário no Brasil entre os anos de 2002 a 2011.	Revisão de literatura / Base de dados.
SCARTAZZINI e BORGES (2018)	Artigo (Boletim Acad. Paul de Psic)	Analisar a produção científica que contemplava a condição psicossocial do agente penitenciário.	Revisão de literatura. / Base de dados.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Portanto, os fatores que contribuem e aumentam às chances desses trabalhadores apresentarem o desenvolvimento de uma TMC, vai da execução de suas atividades laborais à relação com a sociedade fora do ambiente carcerário. Conforme as literaturas estudadas, os fatores que acometem a saúde mental dos agentes penitenciários englobam a ansiedade,

apresentando nível mínimo por conter emoções e / ou angústias diante a situações perigosas, a sobrecarga de trabalho, devido à falta de recursos materiais e humanos e as condições desfavoráveis do local.

Principais incidências de transtornos mentais

Violência

O fato do agente estar submetido com frequência a situações de violência e desconforto gera a ansiedade. O corpo físico gera degradação de integridade psíquica, devido a manifestação de frustração, medo, que depende de uma energia ao tentar o equilíbrio entre os dois mundos em que vive⁹, dentro e fora da prisão.

Quanto a esse fator, literaturas apontam que os agentes sentem receio ao sair nas ruas fora de plantão por medo de preconceito das pessoas, e temem ser reconhecidos devido a aparição negativa que seu trabalho causa à população¹⁰. A ansiedade decorre da angústia, por estarem ligados a situações de perigo e incerteza quanto à eficiência da sua segurança pessoal e familiar, tendo em vista, que seus parentes e conhecidos correm risco de violência ou de sofrimentos advindos da atuação desses profissionais.

Essa privação de liberdade dos agentes que implica o confinamento no trabalho e mudança do ambiente social, desencadeia diferentes respostas e reações, algumas delas adaptativas. Ao ingressar no presídio, esses profissionais desempenham a capacidade de suportar o contato direto com os detentos não podendo se afastar, mesmo se quisessem, enquanto período de plantão. Estes, são solicitados muitas vezes pelos presos e devem permanecer sempre em vigilância a fim de detectar qualquer incidente que possa ocorrer estando eles sujeitos a violências internas e externas entre presos¹¹.

Devido às adaptações no trabalho em que exercem, esses profissionais apresentam nível mínimo de ansiedade, sendo essa caracterizada pela capacidade do indivíduo em tomar medidas perante situações violentas⁹, conseguindo conter expectativas quanto ao que irá ocorrer e controlar emoções sem permitir que o sentimento de opressão e angústia prevaleça.

Sobrecarga de Trabalho

Considerando que o equilíbrio mental seja fundamental para o bom desempenho em qualquer atividade, a sobrecarga de trabalho em consequência da falta de recursos é considerada um ponto relevante para o desenvolvimento de transtornos mentais. A medida em que há uma superlotação prisional, a carência de agentes torna-se necessária, porém pouco atendida, tornando vulnerável a segurança interna e intensificando o estresse⁹.

Além de controlar e vigiar, o agente possui atuação do cuidar¹². Com a superlotação de presídios, as demandas de saúde aumentam interferindo diretamente a rotina dos agentes com maior movimentação interna e externa pois os atendimentos dependem da disponibilidade do

agente em acompanhar o preso ao local de atendimento.

Muitos agentes penitenciários, como já conhecem a rotina dos presos, trabalham em dias de folga ou até mesmo dobrar o turno para de aumentar a renda salarial⁵, gerando uma carga excessiva de trabalho. Esse fator está intimamente ligado à falta de recursos materiais e humanos propiciando risco para a saúde mental por deslocarem de suas devidas funções para suprir carências do quadro de funcionários do setor administrativo.

O trabalho do agente penitenciário possui uma atividade rigorosa, acarretando desgaste emocional devido a excessiva carga de trabalho e escassez de materiais e equipamentos de segurança pessoal¹³. Essas situações podem interferir no desempenho de suas ações e contribuindo para comportamentos violentos como mecanismo de defesa na busca de garantir sua própria segurança.

Condições do Ambiente

O papel desempenhado pelos agentes prisionais somado as condições precárias de seu local de trabalho, que são oferecidas pela grande parte dos sistemas penitenciários brasileiros, prejudicam o bem-estar e a satisfação no ambiente de trabalho, exercendo influência direta na saúde física e mental desta classe ^{9,11}.

A precariedade das celas transforma o ambiente tenso e de alto risco, propício para o aumento de casos agravantes de problemas físicos, sofrimento psíquico ou incapacidade de exercer funções que comprometem a segurança dos agentes^{5,14}. A estrutura do local em que trabalham gera insegurança, por meio de exposições conflituosas em que vivem ¹⁵.

Ao avaliar as condições de saúde mental dos agentes, o ambiente em que exercem o trabalho é visto de forma precária pela maioria dos artigos descritos no Quadro 1, acarretando problemas psicológicos e físicos, implicando risco à integridade mental. Diante o exposto, esses fatores desencadeiam uma natureza de desgaste emocional desenvolvendo transtornos mentais comuns, sendo os mais prevalentes entre os agentes a ansiedade, o estresse e o sofrimento psíquico.

Quando os profissionais de saúde e agentes penitenciários não dispõem dos recursos necessários para realizar seu trabalho de forma otimizada, a grande parte experimenta altos níveis de estresse. A resolução COFEN nº 599/2018 descreve que o enfermeiro atuante na saúde mental objetiva a promoção de ações terapêuticas visando identificar e contribuir para a recuperação do paciente que se encontra com algum sofrimento psíquico, tendo em vista à

melhoria de suas práticas físicas e mentais, sempre obedecendo seus limites e seus direitos de cidadania.

Para isso, o profissional de enfermagem devidamente habilitado (pós-graduado em

Enfermagem do Trabalho) para atuação na área do trabalho, detém a responsabilidade de informar, orientar e conscientizar o indivíduo a utilizar os dispositivos de segurança pessoal e coletiva oferecidas dentro do ambiente laboral¹⁹. Utilizando-se dos mesmos métodos e técnicas assistenciais empregadas na área hospitalar, visando à promoção da saúde do trabalhador contra os possíveis riscos decorrentes de suas atividades, com o fim de protegê-lo contra os riscos inerentes as exposições a agentes químicos, físicos, biológicos e psicossociais.

Considerações finais

O Sistema Penitenciário Brasileiro, mesmo com toda segurança, está propício a sofrer crises em suas unidades⁵, por terem contato direto com os presos. Os agentes penitenciários vivem em situações geradoras de estresse correndo riscos quanto sua exposição e por não disporem de recursos necessários (equipamentos e falta de pessoal) para o trabalho.

A prevalência de transtorno mental na população estudada, reforça a necessidade de orientações e intervenções primárias, sendo elas individuais e coletivas, já que constituem um problema de Saúde Pública. Destacam-se entre os efeitos dessa realidade, a ansiedade por momentos de angústias sofridas dentro e fora do ambiente, a sobrecarga pela superlotação das celas e falta de pessoal para compor a equipe, e o ambiente precário impondo risco a saúde e frustração emocional dos agentes em virtude dessas situações geradoras do estresse.

Devido à alta exposição psicológica no trabalho, acredita-se que a enfermagem, por meio da educação em saúde, possa ser ponte para uma vida mais saudável dos agentes, atuando na prevenção e promoção da saúde não só física como mental. Com isso, a atuação deve cumprir os aspectos éticos, respeitando a vida, à dignidade e os direitos humanos levando em consideração as condições psíquicas desses trabalhadores¹³.

Constatou-se pela análise das literaturas, que a maioria dos profissionais responsáveis pela segurança e vigilância dos presídios, sinalizaram em algum momento a presença de transtorno mental, prevalecendo o estresse. Portanto, caracteriza-se pela vivência decorrente das condições de perigo em que são expostos, que os obriga a conviver com distintas culturas e mundos sociais.

Apesar dos resultados apresentarem os principais fatores que leva ao desenvolvimento de um transtorno mental comum em agentes prisionais, sugere-se mais pesquisas e estudos específicos sobre as consequências das condições em que trabalham e a relação com o sofrimento psíquico.

Referências

1. Ministério da Saúde (Brasil). Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a

Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 ago. 2012. 27 nov 2019.

2. Mendes AM, Vieira FO. Diálogos entre a psicodinâmica e clínica do trabalho e os estudos sobre coletivos de trabalho e práticas organizacionais. Rev Est org sociedade [Internet]. 2014 jul [acesso em 2019 Feb 20];1(1):161-213. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2608>.
3. Jesus LO, Scarparo HBK, Lermen HS. Desafios profissionais no campo da saúde no sistema prisional: dilemas na interface entre a saúde e a segurança. Rev Aletheia [Internet]. 2013 maio/ago [acesso em 2019 Mar 13];39-52. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-3942013000200004.
4. Ministério da Saúde (Brasil). Saúde e segurança: estudo apresenta análise sobre benefícios por incapacidade. Previdência Social. Brasília, DF: O Ministério; 2017. 23 fev 2019.
5. Bezerra CM, Assis SG, Constantino P. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão de literatura. Rev Ciência e saúde coletiva [Internet]. 2016 [acesso em 2019 Mar 13];21(7):2135-2146. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232016000702135&script=sci_abstract&tlng=pt.
6. Moraes P. A identidade e o papel de agentes penitenciários. Tempo Soc. [Internet]. 1jun.2013 [acesso em 2019 fev 20];25(1):131-47. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/69036>.
7. Botelho LLR, Cunha CCA, Macedo M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Rev Gestão e sociedade [Internet]. 2011 maio/ago [acesso em 2019 Nov 6];5(11):121-136. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>.
8. Silveira JT. “Se tirar o colete não dá pra saber quem é preso, quem é agente”: trabalho, identidade e prisionização. Soc e Política [Internet]. 2009 [acesso em 25 de nov 2019]; Disponível em: <https://carceropolis.org.br/publicacoes/se-tirar-o-colete-n%C3%A3o-d%C3%A1-para-saber-quem-%C3%A9-preso-quem-%C3%A9-agente-trabalho-identidade-e-prisioniza%C3%A7%C3%A3o/>

9. Bonez A, Moro ED, Sehnem SB. Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. *Psicol. Argum.* 2013 jul/set [acesso em 2019 fev 20];31(74):507-517. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20585>
10. Marques GS, Giongo CR, Ruckert C. Saúde mental de agentes penitenciários no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Rev Diálogo* [Internet]. 2018 ago [acesso em 2019 Nov 12];:89-98. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/4202>.
11. Tschiedel RM, Monteiro JK. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estudos de psicologia* [Internet]. 2013 jul/set [acesso em 2019 fev 20];18(3):527-535. Disponível em: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=26128793013>.
12. Jaskowiak CR, Fontana RT. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2015 mar/abr [acesso em 2019 Jun 20];68(2):235-43. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-752513>
13. Sousa MCP, Neto FJL, Sousa PCC, Silva CLC. Atenção à saúde no sistema penitenciário: revisão de literatura. *Rev interdisciplinar* [Internet]. 2013 abr/mai/jun [acesso em 2019 Mar 13];6(2):144-151. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/59>.
14. Albuquerque DR, Araújo MRM. Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do estado de Sergipe. *Rev Psicol e saúde* [Internet]. 2018 [acesso em 2019 Nov 6];10(1):19-30. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2177-093X2018000100002&lng=pt&nrm=iso.
15. PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e Previdência. Resolução 3027 de 23 de janeiro de 2004. Dispõe sobre o perfil profissional do cargo/Função dos Agentes Penitenciários. *Diário Oficial do Paraná – Executivo*, 23 jan. 2004, Seção Secretarias de Estado – Administração e Previdência. 13 fev 2019.
16. Santos DC, Dias JS, Pereira MBM, e outros. Prevalência de transtornos mentais comuns em agentes penitenciários. *Rev Bras. Med. Trab* [Internet]. 2010 [acesso em 2019 Jun 20];8(1). Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/133/pt-BR/prevalencia-de-transtornos-mentais-comuns-em-agentes-penitenciarios>.
17. Ferreira REB, Menezes LC, Dias JC. Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes

penitenciários de Belo Horizonte-MG. Rev Bras ativ fis saúde [Internet]. 2012 fev [acesso em 2019 Nov 6];17(1):57-63. Disponível em: <http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/529>.

18. Scartazzini L, Borges LM. Condição psicossocial do agente penitenciário: uma revisão teórica. Boletim Academia Paulista de Psicologia [Internet]. 2018 jan/jun [acesso em 2019 Nov 13];38(94). Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100005&lng=pt&nrm=iso.
19. Brasil. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO- 2010. 3ª ed. Brasília: TEM, SPPE;2010. [acesso em 25 de nov 2019]. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>.
20. Ministério da Justiça. INFOPEN – Junho de 2017. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. DEPEN – Departamento Penitenciário nacional. Brasília, 2017. [acesso em 13 fev 2019].
21. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Resolução nº. 1, de 09 de março de 2009. Critérios para estabelecer a proporção mínima entre o contingente de agentes penitenciários e profissionais da equipe técnica e o número de detentos. Conselho Nacional De Política Criminal E Penitenciária. 16 Mar 2009. [acesso em 13 fev 2019].